

Ano eleitoral acentua os temas sociais na agenda do Congresso

por Sergio Garschagen
de Brasília

Em duas semanas de esforço concentrado, a Câmara e o Senado aprovaram, no total, cerca de 160 projetos e proposições. E, como não poderia deixar de acontecer em um ano eleitoral, a grande maioria versa sobre problemas sociais de interesse das classes trabalhadoras. Apesar disso, desde março último quase todo o tempo que antecedeu às votações foi gasto pelos parlamentares em discussões sobre as normas que regerão as eleições de novembro próximo, como a distribuição do horário gratuito de rádio e TV. Não se tocou, entretanto, em dois pontos que beneficiam os políticos das duas Casas: a candidatura nata e a sublegenda.

Os deputados esvaziam a ordem do dia, semana retrasada, votando um total de 138 proposições no espaço de 72 horas. As mensagens oriundas do Poder Executivo tiveram atenção especial. A exceção foi o "pacote" antiviolência assinado na cidade maranhense de Imperatriz, pelo presidente José Sarney, que muda a Lei Fleury e restringe o porte de armas, que só será votado no segundo semestre, por ter sido esquecido sobre a mesa do presidente da Câmara.

TEMAS POLEMICOS

Alguns projetos de lei ainda tendem a ficar nas gavetas do Senado, por serem considerados polêmicos. É o caso da proposta do líder do PMDB, Pimenta da Veiga, que proíbe as demissões imotivadas dos trabalhadores nas empre-

sas com mais de dez empregados.

Apesar de suavizado pelo próprio Pimenta, os líderes dos partidos de oposição consideram-no "demagógico" e "eleitoreiro". O próprio líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), já garantiu diversas vezes que nem mesmo o governo federal apóia essa proposta.

A "demissão" passou na Câmara praticamente por engano: o deputado Amaral Neto, líder do PDS, pediu verificação de quorum achando que a sessão seria suspensa. Tinha quorum e, com isso, o PMDB, com apoio do PDT e setores progressistas de outros partidos conseguiu aprová-lo.

Um projeto polêmico — o dos "royalties" da Petrobrás — passou após um acordo do PMDB com o PDT, partido que, com 25 filiados na Câmara, tem direito regimental de pedir verificação de presenças. Em troca dos "royalties", os deputados do PDT compareceram às sessões e não obstruíram a pauta como ameaçavam, caso não houvesse um acordo sobre uma divisão mais favorável do horário gratuito de propaganda eleitoral. De acordo em acordo, as matérias foram sendo votadas. Os projetos mais polêmicos simplesmente foram abandonados. É o caso da sublegenda (os senadores votaram contra a sua existência) e da candidatura nata, votada pelos deputados. A sublegenda encontra-se na Câmara e a candidatura nata, no Senado. Cada uma das Casas espera a decisão da outra.